

## Clipping n º 1328

, 21 Setembro 2014 - 08:25:00

Veja quanto será a segunda parcela do 13 º do INSS

Os aposentados, os pensionistas e os segurados que recebem um auxílio do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) terão na conta, a partir do dia 24 de novembro, a segunda parcela do 13 º.

Essa parte do abono de Natal é um pouco menor do que a primeira, pois tem o desconto do Imposto de Renda.

No pagamento feito de agosto a setembro, o INSS depositou exatamente a metade do valor dos benefícios dos segurados. Veja na edição impressa quanto deverá ser a segunda parte do abono para benefícios que vão do salário mínimo ao teto do INSS, hoje em R\$ 4.390,24.

O segurado pode ter uma ideia de quanto vai receber, de acordo com o valor mais próximo de seu benefício previdenciário.

O desconto do Imposto de Renda será feito para benefícios a partir de R\$ 1.787,78. Valores menores que isso são isentos.

Os aposentados e pensionistas que têm 65 anos ou mais têm mais chances de escapar do desconto do imposto.

Eles têm direito de pagar menos imposto sobre o benefício e, por isso, neste ano, só quem ganha a partir de R\$ 3.575,54 terá o desconto no abono. O auxílio não tem IR. Fonte: Agora SP

Correção maior valerá para nova troca de aposentadoria

Os atrasados da nova troca de aposentadoria também deverão ser corrigidos por um índice de inflação se o STF (Supremo Tribunal Federal) mantiver a proposta do relator, ministro Luís Roberto Barroso. Veja detalhes da proposta na edição impressa. O julgamento da troca de aposentadoria deve ser retomado na semana que vem, quando todos os ministros deverão estar presentes.

A correção maior para os atrasados da troca de benefício tradicional já vem sendo garantida hoje pela Justiça nas decisões favoráveis aos aposentados que continuam trabalhando.

Assim, além de ganhar um benefício maior, com as novas contribuições, o aposentado garante também os atrasados com correção pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), que é um indicador da variação da inflação.

Os atrasados costumam contar desde o início da ação. Fonte: Agora SP

17 milhões terão dinheiro da revisão dos auxílios do INSS

Valores podem chegar a R\$ 19 mil. Calendário de pagamento começa em novembro e vai até 2022

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) irá pagar, a partir de novembro, os atrasados da revisão dos benefícios por incapacidade para 17.531.343 benefícios. O calendário de pagamento, entretanto, vai se estender até 2022, por força de um acordo assinado entre o INSS e o Ministério Público. Ele se inicia a partir do próximo mês.

Valores de até R\$ 6 mil serão pagos para mais de 17 milhões de segurados. O valor máximo é de R\$ 19 mil e contemplará mais de 21 mil segurados. Os próprios segurados e demais interessados podem acessar informações sobre o assunto por meio da Lei de Acesso à Informação da Previdência Social.

A maioria dos segurados com direito à revisão, já recebeu a carta do INSS informando sobre seu direito e os valores a receber,

bem como as parcelas.

Para o segurado saber se tem direito à revisão pode fazer a consulta através do telefone 135 (Central de atendimento do INSS) ou pela internet ([www.inss.gov.br](http://www.inss.gov.br)). Precisa ter em mãos o NIT (Número de Identificação do Trabalhador), o PIS ou Pasep, o CPF e o número do benefício do auxílio-doença ou acidentário que está sendo alvo da revisão.

O valor dos atrasados não aparece nas consultas, pois isto só é revelado nas cartas que são enviadas pelo INSS aos segurados.

Segundo o INSS mais de 17 milhões de segurados vão receber valores de até R\$ 6 mil; outros 193 mil segurados vão receber valores de até R\$ 15 mil; quase 21 mil pessoas vão receber valores de até R\$ 19 mil e mais de 21 mil segurados terão valores acima de R\$ 19 mil. No total 17.531.343 segurados terão benefício.

O segurado do INSS que tem mais de R\$ 6 mil vai receber o valor total até 2022. Acordo foi firmado entre INSS, aposentados e Ministério Público.

Entenda o caso da revisão dos benefícios

Uma interpretação errônea da lei fez com que o INSS não efetuasse o pagamento da revisão dos benefícios aos segurados afastados por auxílio-doença e acidentário. Segurados recorreram à justiça, iniciando uma nova batalha judicial contra o INSS, que alegou não ter dinheiro para pagar os valores da revisão.

Foi estabelecido um acordo entre o INSS, o Ministério Público Federal e o Sindicato Nacional dos Aposentados e Pensionistas (Sindinap) em agosto de 2012 baseado na nova interpretação do inciso II do artigo 29 da Lei 8.213 de 1991, que trata da fórmula de cálculo dos benefícios por incapacidade, conhecida como Revisão dos Auxílios.

O cronograma de pagamento dos benefícios foi definido pelo acordo entre as partes, utilizando como critérios a situação do benefício (ativo ou cessado), a idade dos beneficiários em 17 de abril de 2012 (data da citação da Ação Civil Pública) e a faixa de atrasados.

A prioridade do pagamento será para beneficiários mais idosos e para segurados com menores valores e ativos. Calendário para pagamento foi estabelecido até 2022 e vem sendo cumprido pelo INSS. Fonte: Jornal Diário do Litoral

Jorge Caetano Fermino